

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2004
2ª ETAPA
PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
DIREITO ADMINISTRATIVO**

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

O juiz Federal da 1ª Vara de Belo Horizonte julgou improcedente o pedido formulado na ação ordinária proposta por José dos Santos em face da União Federal, na qual se discutia a legalidade de exame psicotécnico aplicado em concurso público para preenchimento do cargo de bibliotecário, mediante mera previsão editalícia do referido teste. O magistrado sentenciante entendeu que a Administração Pública é livre para adotar os critérios que possam aferir a higidez mental dos candidatos, com base em seu poder discricionário e, ainda, que a avaliação deveria ser adotada em concursos públicos para preenchimento de cargos daquela natureza, tendo em vista o necessário contato do ocupante do cargo com o público usuário.

Elabore o recurso cabível, com a devida fundamentação, apontando o Tribunal competente para julgá-lo.

**DIREITO ADMINISTRATIVO
2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS**

QUESTÃO Nº 01

O "Ministério da Ciência e Tecnologia" pretende realizar três contratações para:

- 1) A construção de uma nova sede para o Ministério, com o valor da obra orçado em um milhão de reais;
- 2) o parecer técnico do maior especialista em microeletrônica do Brasil;
- 3) a prestação dos serviços de assessoria do "Instituto de Tecnologia Aplicada" - uma organização social que desenvolve pesquisas científicas.

Indique o encaminhamento adequado para a regular contratação dos objetos propostos.

QUESTÃO Nº 02

João teve seu automóvel abalroado por veículo da Prefeitura que, no momento da colisão, trafegava em alta velocidade e em sentido proibido. Tendo proposto ação judicial de indenização contra o Município, João lhe questiona: o réu poderá denunciar o servidor motorista à lide? Fundamente sua resposta.

QUESTÃO Nº 03

O Município, com base em lei própria, instaura procedimento visando promover o tombamento de bem de propriedade de Jofre Weinger que, na visão do referido ente, possui valor histórico. O laudo técnico que fundamentou o tombamento, a teor do entendimento da empresa contratada pelo Município para prestar assessoria, descrevia as características do bem, sem, todavia, especificar em que aspectos residia o valor histórico. Você foi contratado para defender os interesses do particular. Qual ação você manejaria? Por quê? E quais seriam os fundamentos? Explique.

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2004
2ª ETAPA
PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL**

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Kate e Leopold, casados em regime de comunhão parcial de bens, firmaram com Ottis contrato de compra e venda de imóvel, obrigando-se a pagar a integralidade do preço somente após o registro da escritura no cartório do registro de imóveis. Kate e Leopold ainda não se mudaram para o imóvel, uma vez que a obra ainda não foi concluída, mas Ottis, por estar passando por dificuldades financeiras, resolve promover a execução antes de efetivar o registro, em ação que tramita perante a 75ª Vara Cível de Belo Horizonte. Kate e Leopold, através de exceção de pré-executividade, argüida nos próprios autos da execução, alegaram a nulidade da mesma pela inexigibilidade do título executivo, que foi, no entanto, rejeitada pelo juízo. Você, como advogado de Kate e Leopold, interponha o recurso cabível contra essa decisão.

**DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL
2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS**

QUESTÃO Nº 01

Ao tomar conhecimento de que era filho de Creonte, já falecido, Zoroastro procedeu aos exames pertinentes e foi declarada a paternidade pelo juízo competente. Zoroastro quer agora buscar os bens que Creonte, seu pai, deixou. Sabe-se que os outros filhos de Creonte, Prometeu e Quimera, já obtiveram a homologação da partilha e usufruem plenamente da herança, patrimônio de altíssimo valor. É possível a Zoroastro, que não se habilitou a tempo no inventário, obter sua parte da herança? Em caso positivo, através de qual meio judicial? Responda justificadamente.

QUESTÃO Nº 02

Juca Cipó é locatário do imóvel urbano situado em Juiz de Fora - MG. Ao ir pagar o aluguel mensal, como de praxe, foi informado por José das Couves, antigo locador, que o imóvel havia sido vendido para Jarbas e os alugueis deveriam ser pagos a este. Juca procurou Jarbas que lhe disse que ainda não havia registrado o imóvel, pelo que não receberia nenhum aluguel.

Para evitar o inadimplemento o que deve fazer Juca? Qual o fundamento jurídico de sua pretensão?

QUESTÃO Nº 03 Eleutério Rodrigues possui uma escritura de confissão de dívida da Construtora "More Bem", com garantia fiduciária de uma de suas diretoras, Maria Esperteza. Ultrapassado o prazo para o adimplemento da dívida, não houve quitação, o que levou Eleutério Rodrigues a promover ação executiva em face de Maria Esperteza que, antes do despacho da inicial pelo juízo competente, doou todos os seus bens a seus filhos e netos. Como advogado de Eleutério Rodrigues,

qual a medida judicial cabível para a defesa dos interesses de seu cliente?

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2004
2ª ETAPA
PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
DIREITO COMERCIAL**

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

José da Silva, administrador da sociedade empresária Frutas e Legumes Ltda., sediada em Belo Horizonte/MG, encomendou da Indústria de Laranjas S/A, com sede em Betim/MG, um carregamento de laranjas do tipo Serra d'água, tendo-lhe, entretanto, sido-lhe enviado um carregamento de laranjas do tipo Bahia, que foi prontamente recusado.

Posteriormente, em 03/09/2004, sexta-feira, o Sr. José da Silva foi intimado pelo Cartório de Protestos da Comarca de Contagem/MG para pagar a duplicata respectiva.

Preocupado com a notificação do Cartório de Protestos, José da Silva lhe contratou para propor todas as medidas judiciais necessárias para evitar a efetivação do protesto, informando, ainda, que nenhuma cobrança lhe fora dirigida anteriormente.

Elabore a peça adequada para a defesa dos interesses de seu cliente.

**DIREITO COMERCIAL
2ª ETAPA - QUESTÕES PRÁTICAS**

QUESTÃO Nº 01

Quais são as condições para a exclusão extrajudicial de sócio nas Sociedades Limitadas, após o advento do Código Civil de 2002? Fundamente.

QUESTÃO Nº 02

O Sr. José Antônio é um grande produtor rural de soja, milho e café, tendo dedicado toda sua vida à atividade rural. Todos os bens que possui, bem como a manutenção de sua família composta por 6 filhos, advém dos frutos percebidos com a venda de sua produção agrícola na cooperativa da cidade mais próxima e, principalmente, das exportações de café que realiza.

Incentivado por produtores da região, o Sr. José Antônio resolveu registrar-se no Registro Público de Empresas Mercantis da localidade em que se encontra, sem, no entanto, saber quais são as implicações deste ato.

Receoso, o Sr. José Antônio lhe procura e formula consulta sobre sua situação após a efetivação do registro. Responda a consulta, analisando todos os aspectos do problema.

QUESTÃO Nº 03

A Minad'ouro Cia. Mineradora é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas em bolsa de valores. 50% (cinquenta por cento) de seu capital é constituído de ações ordinárias e 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais, sem direito a voto, que conferem aos seus titulares prioridade na distribuição de dividendos mínimos correspondentes a 5% (cinco por cento) do

valor patrimonial líquido das ações. Em assembléia geral extraordinária, regularmente convocada, realizada em 30/06/2004, com ata publicada no dia 05/07/2004, deliberou-se reduzir o valor dos dividendos prioritários mínimos para 3% (três por cento) do valor patrimonial líquido das ações. A decisão da AGE foi ratificada em assembléia especial dos titulares de ações preferenciais, também regularmente convocada, realizada no dia 30/08/2004, cuja ata foi publicada no dia 06/09/2004.

A acionista Maria, detentora de 10% das ações preferenciais da Minad'ouro, apesar de não ter comparecido às assembléias acima referidas, não concordou com a deliberação tomada. Assim, no dia 15/09/2004, procurou-lhe dizendo que a redução do valor dos dividendos prioritários lhe era prejudicial e que o momento não era oportuno para vender as suas ações em bolsa de valores, porquanto o valor de mercado estava muito baixo. Pediu-lhe orientação.

Oriente a sua cliente Maria, analisando todos os aspectos da questão, com indicação dos dispositivos legais em que basear a sua resposta.

EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2004
2ª ETAPA
PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

José Antunes da Silva, processado perante a 100ª Vara Criminal da comarca de Sant'Ana de Serrinha - MG (Processo n. 04.001) pela prática de lesão corporal de natureza grave (Código penal, art. 129, § 1º, I), foi beneficiado com a suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89 da lei 9.099/95, por decisão transitada em julgado.

Meses depois, o Ministério Público requereu a revogação do benefício, com fundamento nos parágrafos 3º e 4º do mesmo art. 89 da lei citada, alegando que o beneficiado veio a praticar outro crime - novamente de lesão corporal de natureza grave - durante a vigência da suspensão, além de ter também descumprido a condição imposta de não freqüentar estabelecimentos em que se vendem ou servem bebidas alcoólicas, vez que foi visto comprando cigarros no interior de um bar.

Entretanto, junta a petição aos autos do processo mencionado, o juiz julgou improcedente o pedido, deixando, assim, de revogar o benefício, para manter suspenso o feito.

Publicada a decisão, o Ministério Público retirou, por intermédio de funcionário credenciado, os autos da secretaria da Vara, mediante carga.

Dez (10) dias depois, protocolou petição de recurso em sentido estrito, para o Tribunal de Justiça, contra a decisão que lhe indeferiu o pedido, requerendo, para oferecimento de razões, vista dos autos, que foram então devolvidos. Neles se vê uma certidão de funcionário da repartição, feita com dizeres de carimbo complementados, de que naquela mesma data da devolução fora intimado da decisão o promotor a quem foram ali distribuídos os autos.

Aberta a vista dos autos, alegou o recorrente em suas razões, oferecidas quinze (15) dias depois de intimado, que a decisão é equivocada porque a lei não exige que haja a formalidade de sentença condenatória, muito menos passada em julgado, bastando apenas, como se vê do dispositivo legal aplicável, que o réu beneficiado venha a ser processado por novo crime, como de fato ele comprovadamente estava sendo, com o processo já em fase de instrução; dizendo também que as alegações da defesa, no sentido de que o réu não foi autor do fato e apenas tentou separar duas pessoas que brigavam, não encontravam apoio nos elementos dos autos. Alegou ainda que estava provado que o réu entrara em um bar, desobedecendo a condição que aceitara, visto que não podia freqüentar estabelecimento como aquele.

Elaborar, como advogado do recorrido, as contra-razões do recurso, com o necessário para seu correto encaminhamento.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL
2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO Nº 01

Verificando que seu cliente foi denunciado em 16/02/2004 pela prática de crime de estupro com violência ficta, ou seja, após ter supostamente apontado uma arma para a vítima, e constando que durante toda a fase do Inquérito Policial a suposta vítima, empresária famosa e abastada, além de civilmente capaz, se faz acompanhar de seu advogado legitimamente constituído através de procuração por instrumento público, qual a medida jurídica cabível que hoje poderá ser tomada por você, já que o interrogatório do cliente está marcado para o próximo dia 11 de novembro de 2004? Justifique sua resposta.

QUESTÃO Nº 02

João, ao transitar com seu veículo por uma avenida muito movimentada, foi surpreendido por uma criança que atravessava a pista de inopino, após ter se soltado das mãos de sua babá. Assustado, João, ainda contando apenas com a permissão para dirigir veículo automotor, acabou acelerando o veículo, passando por cima da criança matando-a, e seguindo seu curso sem prestar qualquer espécie de socorro.

Você foi procurado pelos pais da criança falecida para tomar as providências judiciais cabíveis, já que o Inquérito Policial que apurava os fatos já teve fim, estando com carga para o representante do Ministério Público há mais de 03 meses, que, embora instado pelos pais da criança, disse que o prazo prescricional da pena prevista para João é grande e como ele se encontrava com excesso de serviço, iria dar preferência para oferecer denúncia referente aos inquéritos de réus presos. O que seria possível fazer para tornar eficaz a ação penal contra o motorista? Justifique sua resposta.

QUESTÃO Nº 03

Em 23 de fevereiro de 2000, João, nascido em 14 de outubro de 1980, subindo no telhado de um mercadinho, retirou algumas telhas, e logrou entrar. Devido ao barulho, a vizinhança acionou a PMMG, que ao comparecer ao local não conseguiu deter João de imediato, mas após mais de duas horas de rastreamento, já dormindo em sua casa, ao lado da máquina registradora que havia furtado. Passados alguns meses, foi o larápio denunciado por furto simples, já que nenhuma perícia foi apontada a definir qual o modo usado pelo mesmo para subtrair a máquina. A denúncia foi legalmente recebida em 21 de novembro de 2000, encontrando-se ainda em fase de instrução criminal. Quando se dará a prescrição? Por quê? Qual espécie? Explique.

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2004
2ª ETAPA
PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
DIREITO DO TRABALHO**

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Você foi procurado por Ambrósio Palheta, sócio diretor de COMERCIAL LUVA NOVA LTDA., que lhe entregou cópias da contra-fé da citação, levada a efeito por via postal, endereçada ao estabelecimento de Belo Horizonte, loja 22 da rua Albita, 222, CEP 30.310-160, CNPJ 11.111.111/0001-01 e da inicial abaixo, solicitando que fosse preparada a defesa a ser apresentada quando da audiência (designada para o dia 22 de setembro, às 15:00 horas, na 45ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - autos nº 00999-2004-045-03-00-0). Declarou que o gerente da loja em Belo Horizonte havia esquecido de remeter a intimação para São Paulo e, por isso, quase que ficava sem defesa.

Informava que o empregado fora contratado em Belo Horizonte, onde prestou serviços, na data indicada na petição e na ficha de registro (cópia que também apresentava). Sua jornada de trabalho era cumprida de 07:00 às 16:00 horas na segunda-feira e de 07:00 às 17:00, de terça à sexta-feira, com folga aos domingos e intervalo de uma hora. Eventuais extrapolações de jornada estavam registradas nos cartões de ponto, então apresentados pelo diretor, com pagamento comprovado nos recibos salariais dos meses respectivos, com adicional convencional.

Também lhe entregou cópias dos instrumentos coletivos a que estava vinculado, segundo informações do contador da empresa onde estava estabelecido o piso da categoria equivalente a R\$1.000,00 mensais; faculdade das empresas de exercer atividades aos domingos com a adoção de folgas variáveis, desde que uma delas, ao mês, incidisse em dia de domingo; permissão de adoção do regime de compensação de jornada; estabelecimento de adicional noturno de 40% e de horas extras de 70%; bem como a manutenção da cláusula que estabelecia a necessária submissão das demandas trabalhistas à comissão de conciliação prévia instituída pelo instrumento coletivo de 2000 e já em plena atividade; e multa convencional para qualquer das partes que deixasse de cumprir as cláusulas e condições avençadas no importe equivalente a um dia de salário do empregado envolvido.

ELABORE A DEFESA, INFORMANDO QUAL A DOCUMENTAÇÃO QUE DEVERIA ACOMPANHÁ-LA.

Exmo. Sr. Juiz do Trabalho da ____ª Vara de Belo Horizonte

(e s p a ç o)

GEORGE BUCHE, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Belo Horizonte, na rua Galileu, 99, CEP 30870-000, portador da CTPS nº 33.333, série 444; CPF 555.666.777-88, PIS 999.000.111-22, por seu advogado, vem propor a presente ação trabalhista em face de COMERCIAL LUVA NOVA LTDA., empresa regularmente constituída, sediada e estabelecida nesta cidade na Rua

Albita, 222, CEP 30.310-160, CNPJ 11.111.111/0001-01, fazendo-o na forma abaixo e adiante e para os fins que expõe.

1- O Autor foi contratado pela Ré em data de 17 de abril de 1998, para exercer as funções de balconista, para tanto recebendo salário misto, sendo a parte fixa equivalente a quatro vezes o mínimo legal e a variável correspondente a 5% do valor de suas vendas. Em média, computados os valores recebidos a título de parte fixa, parte variável e repouso sobre a parte variável, recebia R\$2.500,00 ao mês, valores que eram quitados no último dia do mês de competência (último pagamento feito em 30 de junho de 2004).

2- Em data de 08 de junho do corrente ano foi o Autor comunicado de sua dispensa, sem que tivesse dado qualquer motivo para tanto, ocasião em que optou por continuar prestando as atividades no mesmo horário até o dia 1º de julho, comparecendo ao sindicato profissional dia 08 de julho para o acerto rescisório. Ali comparecendo, como se vê do TRCT adiante, recebeu apenas os valores relativos ao saldo de salário de oito dias (parte fixa e variável), repouso sobre a parte variável relativa aos 8 dias de julho, 6/12 do 13º salário, férias integrais de 03/04 e 3/12 das férias de 2004/2005, estas últimas duas com o acréscimo do terço constitucional. Recebera, na ocasião, ainda, as guias para levantamento dos depósitos do FGTS e a comprovação do depósito da indenização de 40% sobre a totalidade dos mesmos, bem assim as guias para requerimento do seguro desemprego.

2.1- Ocorre que não recebeu nem o aviso prévio e nem a indenização prevista no art. 477 c/c 478, da CLT, razão por que lançou o servidor do sindicato profissional, a ressalva quanto ao alcance da quitação relativamente a estas verbas e outras não mencionadas no documento que retratou o acerto rescisório. Tem, pois, direito à indenização equivalente a "*um mês de remuneração por ano de serviço efetivo*" (o que corresponde a 7 vezes a sua remuneração média), bem assim ao pagamento do aviso prévio indenizado, com sua projeção em férias e gratificação natalina.

3 - Durante o curso do contrato trabalhou em regime de sobrejornada sem que recebesse pelo labor extravagante.

De fato, o artigo 58 da CLT prevê o limite máximo da jornada de trabalho de 8 (oito) horas. O Autor, entretanto, trabalhava de segunda a sexta feira, iniciando sua jornada diariamente às 07:00 horas, encerrando-a quase sempre às 17:00 horas e, algumas vezes, até mesmo trabalhando além deste horário. Por isso, sempre que ultrapassado o limite de oito horas, vale dizer, quando trabalhou além das 16:00 horas, vez que gozava 1 hora de intervalo, tem direito ao recebimento deste trabalho como extraordinário e, pois, com o adicional de 70%, vez que assim previsto em instrumentos coletivos adiante juntos.

Dada a habitualidade, tem ainda direito aos reflexos em repouso semanais remunerados, aviso prévio, décimos terceiros salários, férias com o terço constitucional, depósitos do FGTS e indenização de 40% sobre estes. A base de cálculo das horas extras será o somatório dos valores pagos, mês a mês, a título de salário base e comissões.

4 -Diante de tais fatos, postula a presente ação requerendo seja citada a ré para comparecer à audiência a ser designada e, ali, se quiser, oferecer sua defesa, acompanhando a demanda até o final quando este douto Juízo julgará

procedentes os pedidos e condenará a ré ao pagamento de:

aviso prévio indenizado R\$
2.500,00

indenização art. 477 c/c 478, da CLT R\$
17.500,00

horas extras extravagantes à 8ª, ao dia trabalhado, com adicional de 70% e reflexos em repouso semanais remunerados, aviso prévio, férias com o terço constitucional, décimos terceiros salários, depósitos do FGTS e indenização de 40% sobre estes.....

.....a apurar, tudo em moeda atualizada e com acréscimo de juros, além das custas processuais.

Requer a produção de prova documental, testemunhal e o depoimento pessoal da ré sob pena de confesso.

Dá à causa o valor de R\$30.000,00.

P. deferimento

Local - Data - assinatura do advogado e endereço para recebimento de intimações.

DIREITO DO TRABALHO

2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO Nº 01

Berta Bella, empregada da Loja de Departamento e Moda Ltda, desde 01.10.1990, foi promovida a Gerente em 01.6.1992. Exerceu, após promovida, suas funções internas e de visitas a clientes apenas na cidade de Pouso Alegre. Posteriormente, passou a exercê-las, com exclusividade, em Caxambu, a partir de julho de 2000, quando foi transferida definitivamente. Além do salário básico para uma jornada de 8:00 horas, recebia também, desde a ocupação da gerência, gratificação funcional nunca inferior a 50% do salário do cargo efetivo, recebendo ainda, por força de seu contrato individual de trabalho, um acréscimo de 20% de seu salário a título de diárias para viagem. Uma vez por ano recebia, inclusive, passagens aéreas ida-e-volta para qualquer cidade do Brasil, para seu uso privado e de um acompanhante.

No caso de ser dispensada sem justa causa, como seria composta a base de cálculo das verbas rescisórias de Berta Bella? Justifique a resposta.

QUESTÃO Nº 02

A sentença que julgou procedentes os pedidos formulados por João da Silva nos autos da Reclamação Trabalhista que propôs em face da Mercearia Todo Dia Ltda foi publicada em 28/08/2004 (sábado). Em 01/09/2004 (quarta-feira), a reclamada opôs embargos de declaração parcialmente acolhidos, para fixar o valor da condenação em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e custas processuais, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais). A decisão foi publicada em 09/09/2004 (quinta-feira).

Pretendendo recorrer do julgado que lhe foi desfavorável, a Reclamada lhe consultou indagando:

Qual o recurso cabível na hipótese e o último dia para sua interposição?

Quais os ônus processuais para a interposição do recurso? Indicar valores. Justifique a resposta.

QUESTÃO Nº 03

Transitando em julgado a decisão, apresentaram as partes cálculos de liquidação divergentes. Os cálculos do empregado estavam corretos e fixavam o valor da condenação em quantia muito superior àquela encontrada pela empregadora. O Juiz do Trabalho homologou os cálculos apresentados pela empregadora e, sem que fossem as partes intimadas da homologação, mandou fosse expedido o mandado de citação e penhora para pagamento em 48 horas. Citada, a empresa efetuou o depósito do valor líquido que apurara em seus cálculos de liquidação, peticionando no sentido de que fosse declarada extinta a execução. O Juiz intimou-o para que viesse receber o valor depositado.

Na defesa dos interesses do empregado, qual atitude processual deveria ser tomada?

Justifique a resposta indicando, inclusive, os prazos que deveriam ser respeitados,

com seus termos inicial e final.

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2004
2ª ETAPA
PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL
DIREITO TRIBUTÁRIO**

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

O governo federal editou, no dia 30 de maio de 2004, a Medida Provisória n. 1313, que instituiu nova fonte de custeio para o financiamento da seguridade social. A nova Contribuição Social tem como fato gerador a propriedade de obras de arte. A base de cálculo fixada é o valor venal destas obras de arte. A alíquota foi fixada em 2% pelo Decreto 22.113 de 01 de abril de 2004. A lei prevê ainda que o produto da arrecadação será destinado ao Instituto Nacional da Seguridade Social, sendo que esta autarquia é encarregada de todos os procedimentos de cobrança, arrecadação e fiscalização. A MP ainda não foi convertida em lei embora a cobrança já esteja sendo realizada, uma vez que já transcorreram 90 dias desde a sua edição. Diante deste quadro e tendo em vista que a sociedade denominada Mineradora Vale Real está enquadrada na hipótese normativa descrita pela MP 1313, você foi consultado sobre a possibilidade de questionar judicialmente a cobrança desta contribuição social.

Elabore a peça processual que julgar adequada para discutir a validade dessa cobrança, bem como evitar o pagamento do referido tributo.

**DIREITO TRIBUTÁRIO
2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS**

QUESTÃO Nº 01

A Lei Municipal n. 100, de 30 de dezembro de 2000, veicula a planta de valores dos imóveis urbanos, para efeito de cálculo do IPTU e fixa a alíquota do imposto em 1%, determinando que o fato gerador do IPTU ocorre no dia 01 de janeiro de cada ano. Em 30.11.2004, é publicada a Lei Municipal n. 150, majorando os valores da planta anterior, para adaptá-lo às novas condições do mercado imobiliário, e elevando alíquota para 1,5%. O imóvel do contribuinte fulano de tal, por exemplo, teve sua avaliação alterada de R\$100.000,00 para R\$200.000,00. Quanto ele terá de pagar a título de IPTU relativamente ao exercício de 2005 ? Justifique.

QUESTÃO Nº 02

A empresa Comércio Atacadista Mira Ltda., no exercício de 2003, efetuou a transferência de mercadorias da Matriz em Belo Horizonte para a Filial em Uberaba, destacando o ICMS na Nota Fiscal, como determina a legislação tributária mineira. Entretanto, por orientação de seu advogado, deixou de recolher

o ICMS referente a essa operação de circulação de mercadorias, embora a Filial tenha se creditado do imposto destacado na Nota Fiscal. Autuada, a empresa apresentou defesa administrativa baseada na Súmula 166 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual não incide o ICMS na transferência de mercadorias entre Matriz e Filial. A empresa obteve decisão favorável anulando o lançamento efetuado. A decisão favorável transitou em julgado livremente. Posteriormente, no ano de 2006, o fisco compareceu à Filial da empresa e verificou que esta se aproveitou do crédito do imposto destacado na Nota Fiscal de transferência. Neste instante determinou que fosse feito o estorno do referido crédito. Não tendo sido atendida a exigência procedeu à autuação da empresa exigindo o ICMS correspondente, acrescido de multa e juros de 1% ao mês. O procedimento da fiscalização, consistente na segunda autuação, procedida em 2006, está correto? Justifique.

QUESTÃO Nº 03

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo editou Lei Estadual n. 1.113, de 30 de julho de 2000, majorando a alíquota interna do ICMS de 17% para 18%, determinando, ainda, a referida norma que o percentual majorado (1%) seria destinado ao programa de habitação. Após recolher esta alíquota majorada do ICMS, a empresa Comercial Liderança Ltda. o procurou para consultar sobre a questão. Pergunta-se: A majoração era válida? Em caso negativo, a repetição é possível? Que procedimento deve ser adotado? Justifique.